

➤ Ana Catarina Mendes A ameaça à Democracia: o desafio do PS



INQUIETAÇÕES

O que vivemos é mais profundo do que a espuma dos dias de uma noite eleitoral. De quem ganhou ou perdeu as eleições...

1. A noite eleitoral trouxe a Portugal a novidade de um partido de extrema-direita poder ser o segundo maior grupo parlamentar. Uma direita radical para quem o problema está na democracia ou, melhor, a democracia é o problema que trouxe direitos e liberdades a mais. O fenómeno deve preocupar todos os democratas, em Portugal e na Europa. São partidos antissistema que sonham com uma sociedade sem liberdade, e aos mandos de um ditador. Alimentam-se do medo, da mentira, do ressentimento e do discurso do ódio. O que se vive não é apenas, e já não seria pouco, o recuo das conquistas baseadas nos ideais progressistas, de um Estado Social forte de direitos sociais que demoraram a conquistar. O que está em causa, do meu ponto de vista, é o recuo da defesa da democracia.

O que vivemos é mais profundo do que a espuma dos dias de uma noite eleitoral. De quem ganhou ou perdeu as eleições, mas sim a mudança de sistema político partidário, com instituições democráticas, que encontra no debate político plural a sua riqueza, que

combate as desigualdades, que afirma uma sociedade decente e respeitadora dos Direitos Humanos. A revolução silenciosa, agora expressa em mais de um milhão de votos, está aí. Na força das redes sociais e no poder da desinformação, no alimento da mentira, na procura de respostas fáceis a problemas complexos que exigem tempo e ponderação, na exploração do medo e na divisão do mundo entre nós e os outros. O mundo está em mudança rápida, cá é na Europa, acelerada pela eleição de Trump. Num certo sentido, chegou a Portugal o fenómeno mundial que cresce em muitos países.

Os primeiros sinais de mudança estão no sentimento de impunidade, no desrespeito pela convivência democrática que se tornou normal. A gritaria ocupou o espaço do debate feito com urbanidade e respeito pela diferença de opinião. A violência verbal e o ataque pessoal tomaram conta do debate político.

Procuro encontrar resposta para a expressão da votação, os democratas têm que entender o eleitorado. Não são todos fascistas, nem racistas, nem xenófobos. É preciso entender e procurar responder aos problemas e, ao mesmo tempo, restaurar a relação de confiança dos cidadãos que estão desiludidos com os políticos e com as instituições democráticas.

Sou neta de preso político,

testemunha de muitos que fizeram oposição à ditadura e lutaram pela Liberdade e Democracia. Honrar os que deram a vida para que estes cinquenta e um anos fossem possíveis, com níveis de desenvolvimento inquestionáveis, é continuar a lutar por um país socialmente justo e solidário.

2. Para o PS, a noite eleitoral foi de um mau resultado. O PS é um partido estruturante da nossa democracia e um grande partido. Não se olhe para estes tempos com fatalismo, mas com energia: energia para uma reorganização interna, energia para abrir o partido e convocar os sectores mais dinâmicos da economia, as universidades, os movimentos sociais, os mais jovens e os mais velhos, a cultura e a criatividade. Todos seremos necessários para continuar a ter uma agenda progressista e solidária, capaz de responder aos novos desafios e às pessoas. Escutar! Escutar a sociedade e construir soluções para os problemas que ainda subsistem num mundo de incerteza. Entender os resultados eleitorais e contribuir para a estabilidade política de que o país precisa, sem nunca abdicar da nossa agenda política, sendo ativos na construção de soluções.

Caberá ao PS a luta, de que nunca se desviou, pela Democracia. ●

Eurodeputada e Vice-Presidente do Grupo S&D



➤ Carlos Melo Alves As denúncias anónimas: o lodo da investigação

Excetuando os casos dos denunciante genuínos, a maioria dos informadores/denunciante presta colaboração com intenções bem definidas.

A razão para se ocultar a identificação do denunciante/informador pode ter por base motivos genuínos e compreensíveis ao cidadão comum. O cidadão que tem conhecimento da prática de um crime pode ter razões muito válidas para não querer ser identificado no processo. Desde o receio de represálias físicas e/ou profissionais até à circunstância de ser apelidado de delator. O cidadão denunciante merece toda a proteção do sistema e, nesse sentido, tem de ter todas as garantias de que a sua identidade jamais será revelada a não ser a um juiz e de acordo com a Lei.

Contudo, os órgãos de polícia criminal, com a cobertura de uma boa parte do Ministério Público e dos juizes, têm permitido, ao longo do tempo, o acesso a essa informação sem nenhum controlo judiciário. O recurso aos denunciante/informadores é um meio de investigação enraizado numa grande parte das investigações criminais,

permitindo que estas se tornem autênticos lamaçais ao nível da prova. Sob a capa e a proteção dos polícias, estes indivíduos ocultam interesses da mais variada ordem.



ÔNUS DA PROVA

Muitos processos criminais são desencadeados contra cidadãos comuns, ultimamente, visando personalidades com visibilidade na sociedade e sempre com o mesmo mote, 'através de informadores chegou ao conhecimento desta polícia...'; 'indivíduos que trabalham com esta polícia, mas não se querem identificar...'; 'várias denúncias

anónimas que a polícia reputa de sérias e honestas...'. Estas pretensas informações são, na maioria das vezes, autênticas simulações probatórias que visam esconder violações da Lei e que, a serem reveladas, inquinariam toda a prova do processo.

Excetuando os casos dos denunciante genuínos, a maioria dos informadores/denunciante presta colaboração com intenções bem definidas. Celebrizou-se a frase que um juiz exarou num processo-crime mediático: «A utilização de denunciante/informadores tornou a investigação num autêntico lamaçal». A boleia de uma pretensa denúncia anónima, instaura-se um processo-crime contra um cidadão quando, na verdade, não existe nenhum denunciante. Ainda é frequente a realização de diligências intrusivas contra cidadãos fundamentada em denúncias anónimas.

A má utilização dos denunciante/informadores ganhou enorme expressão no processo denominado 'Tancos' com consequências gravíssimas e cujos reais contornos ainda falta apurar. Um cidadão (identificado) dirige-se às autoridades para denunciar o propósito de vários indivíduos (identificados) pretenderem assaltar os paióis de Tancos. Os suspeitos foram identificados e foram fornecidas as moradas e os números dos seus telemóveis. Por opção da investigação foi decidido ocultar a identidade do denunciante. Essa circunstância impediu – e muito bem, pois é o que resulta cristalino da Lei – que um juiz autorizasse escutas telefónicas. Ora, se a identidade do denunciante não fosse ocultada, a escuta telefónica teria sido autorizada e, muito provavelmente, o assalto aos paióis de Tancos teria sido evitado. ●

Advogado e sócio fundador da Melo Alves